

Congresso vai apontar apenas as prioridades ^{Orçamento} na lei orçamentária

BRASÍLIA — Com o objetivo de marcar posição política em torno de prioridades, o Congresso Nacional pode acabar votando a lei orçamentária de 1990 com maior flexibilidade do que se imaginava. Ao próximo presidente da República, o Legislativo deixaria uma lei apenas formal, com as prioridades indicadas, sinalizando principalmente que a discussão em torno do orçamento do ano que vem se dará somente com o novo governo.

Nesse contexto, todo o excesso de arrecadação projetado para 1990 (NCz\$ 1,8 bilhão, a preços de maio deste ano) pelo deputado César Maia (PDT-RJ) e pelo relator, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), seria comprometido com o atendimento a essas prioridades. Como o orçamento só será debatido com o envio do projeto de revisão pelo presidente eleito, perde importância a definição agora da fonte de receita para esses gastos. “A idéia é pertinente”, admite o presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), mas salienta que para desenvolvê-la será necessário conhecer primeiro os relatórios parciais de setores importantes, como educação, saúde e ciência e tecnologia. Dos NCz\$ 1,8 bilhões projetado, NCz\$ 1 bilhão já estão reservados para as emendas apresentadas pelos parlamentares — grande parte delas atendendo a interesses municipais e regionais.

O deputado Eraldo Tinoco garante que manterá em seu relatório geral o corte de NCz\$ 350 milhões nos orçamentos militares, o que garante recursos complementares principalmente para os ministérios das Minas e Energia e dos Transportes. O relator do orçamento do Exército, deputado Paes Landim (PFL-PI), manteve o corte de NCz\$ 100 milhões, mas anunciou que pretende negociar a possibilidade de preservar as receitas da pasta mediante o comprometimento de todo o excesso de arrecadação. “Depende do Cid, que tem simpatia pela idéia”, afirmou. Em seu parecer ele cortou, assessorado por técnicos do Exército, NCz\$ 55,9 milhões que estavam destinados à força terrestre, NCz\$ 9 milhões da dotação de organizações militares, NCz\$ 15 milhões para a aviação do

Exército, NCz\$ 30 milhões do suprimento de material bélico e NCz\$ 5 milhões do suprimento de material de intendência.

Pressa — O deputado Cid Carvalho manteve reuniões com o presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), e com técnicos do Prodasen para apressar os trabalhos da comissão de orçamento. O novo cronograma prevê o término das votações na próxima sexta-feira, remetendo-se em seguida o projeto para o plenário do Congresso. O Prodasen trabalhará de madrugada se preciso no processamento dos dados. Carvalho conversou também com as lideranças partidárias sobre os projetos enviados pelo governo que compõem a reforma tributária. Eles são responsáveis por uma receita condicionada (à sua aprovação) de NCz\$ 6,5 bilhões. O Congresso já derrubou a incidência de IOF nas operações à vista nas bolsas de valores, o corte de 50% dos incentivos às microempresas e também parte do corte dos incentivos na área de informática.